





## JUSTIFICATIVA

Muitos Municípios paranaenses dependem de repasses do Estado, por meio de transferências voluntárias, para execução de ações em benefícios do interesse da população.

A Lei Complementar nº 101 tem como um de seus objetivos assegurar que os recursos sejam aplicados de forma correta e em benefício dos cidadãos, estabelecendo meios eficientes de controle e fiscalização;

O artigo 25 da Lei Complementar nº 101, em sua alínea "a", do inciso IV, do parágrafo 1º, estabelece que o beneficiário da transferência voluntária deve comprovar que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, sem estabelecer o prazo de validade dos documentos comprobatórios.

A Administração Pública deve pautar as suas ações com a observância aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade, em equilíbrio com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Por estas razões, é necessária a apresentação desta proposta de lei com o objetivo de estabelecer prazo semestral para a validade da certidão liberatória das transferências voluntárias.

Este sim é um prazo suficiente e razoável para que os Municípios, sem prejuízo da sua efetiva fiscalização, não sejam comprometidos no seu direito de receber novos recursos por meio de transferências voluntárias.

Ademais, a administração Pública Municipal não pode ser penalizada quando da verificação da não prestação de contas por parte das Câmaras Municipais, em respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes.

A suspensão de transferências voluntária no caso de verificação de irregularidade nas contas do beneficiário tem natureza sancionatória, é o que deixa claro o parágrafo terceiro do artigo 25 da LRF, e portanto a punição aplicada a um poder, em face da irregularidade cometida, não poderá ser estendida a outro. Assim, a Prefeitura Municipal não poderá ser punida por irregularidade constatada na Câmara Municipal e vice-versa.

A sanção não deve ser estendida além da letra da Lei de Responsabilidade Fiscal, por inconstitucional e ilegal.

*Assinaturas manuscritas:*  
Assinatura 1: [Assinatura]  
Assinatura 2: [Assinatura]  
Assinatura 3: [Assinatura]  
Assinatura 4: [Assinatura]  
Assinatura 5: [Assinatura]  
Assinatura 6: [Assinatura]  
Assinatura 7: [Assinatura]  
Assinatura 8: [Assinatura]  
Assinatura 9: [Assinatura]  
Assinatura 10: [Assinatura]  
Assinatura 11: [Assinatura]  
Assinatura 12: [Assinatura]  
Assinatura 13: [Assinatura]  
Assinatura 14: [Assinatura]  
Assinatura 15: [Assinatura]  
Assinatura 16: [Assinatura]  
Assinatura 17: [Assinatura]  
Assinatura 18: [Assinatura]  
Assinatura 19: [Assinatura]  
Assinatura 20: [Assinatura]  
Assinatura 21: [Assinatura]  
Assinatura 22: [Assinatura]  
Assinatura 23: [Assinatura]  
Assinatura 24: [Assinatura]  
Assinatura 25: [Assinatura]  
Assinatura 26: [Assinatura]  
Assinatura 27: [Assinatura]  
Assinatura 28: [Assinatura]  
Assinatura 29: [Assinatura]  
Assinatura 30: [Assinatura]  
Assinatura 31: [Assinatura]  
Assinatura 32: [Assinatura]  
Assinatura 33: [Assinatura]  
Assinatura 34: [Assinatura]  
Assinatura 35: [Assinatura]  
Assinatura 36: [Assinatura]  
Assinatura 37: [Assinatura]  
Assinatura 38: [Assinatura]  
Assinatura 39: [Assinatura]  
Assinatura 40: [Assinatura]  
Assinatura 41: [Assinatura]  
Assinatura 42: [Assinatura]  
Assinatura 43: [Assinatura]  
Assinatura 44: [Assinatura]  
Assinatura 45: [Assinatura]  
Assinatura 46: [Assinatura]  
Assinatura 47: [Assinatura]  
Assinatura 48: [Assinatura]  
Assinatura 49: [Assinatura]  
Assinatura 50: [Assinatura]  
Assinatura 51: [Assinatura]  
Assinatura 52: [Assinatura]  
Assinatura 53: [Assinatura]  
Assinatura 54: [Assinatura]  
Assinatura 55: [Assinatura]  
Assinatura 56: [Assinatura]  
Assinatura 57: [Assinatura]  
Assinatura 58: [Assinatura]  
Assinatura 59: [Assinatura]  
Assinatura 60: [Assinatura]  
Assinatura 61: [Assinatura]  
Assinatura 62: [Assinatura]  
Assinatura 63: [Assinatura]  
Assinatura 64: [Assinatura]  
Assinatura 65: [Assinatura]  
Assinatura 66: [Assinatura]  
Assinatura 67: [Assinatura]  
Assinatura 68: [Assinatura]  
Assinatura 69: [Assinatura]  
Assinatura 70: [Assinatura]  
Assinatura 71: [Assinatura]  
Assinatura 72: [Assinatura]  
Assinatura 73: [Assinatura]  
Assinatura 74: [Assinatura]  
Assinatura 75: [Assinatura]  
Assinatura 76: [Assinatura]  
Assinatura 77: [Assinatura]  
Assinatura 78: [Assinatura]  
Assinatura 79: [Assinatura]  
Assinatura 80: [Assinatura]  
Assinatura 81: [Assinatura]  
Assinatura 82: [Assinatura]  
Assinatura 83: [Assinatura]  
Assinatura 84: [Assinatura]  
Assinatura 85: [Assinatura]  
Assinatura 86: [Assinatura]  
Assinatura 87: [Assinatura]  
Assinatura 88: [Assinatura]  
Assinatura 89: [Assinatura]  
Assinatura 90: [Assinatura]  
Assinatura 91: [Assinatura]  
Assinatura 92: [Assinatura]  
Assinatura 93: [Assinatura]  
Assinatura 94: [Assinatura]  
Assinatura 95: [Assinatura]  
Assinatura 96: [Assinatura]  
Assinatura 97: [Assinatura]  
Assinatura 98: [Assinatura]  
Assinatura 99: [Assinatura]  
Assinatura 100: [Assinatura]



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER**

**Projeto de Lei nº 646/2011**

**Autor: Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães**

*Súmula: Estabelece prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade estabelecer prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Observa-se, inicialmente, a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Quanto à matéria em análise, tem-se que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente. Veja-se:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Por sua vez, a Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Veja-se, ainda, que a própria Constituição Estadual garante a prerrogativa ao parlamentar para a propositura de leis:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Assim sendo, tendo em vista que cabe a esta Casa de Leis dispor sobre Direito Tributário e Financeiro, não há óbice quanto à iniciativa legislativa.

Ademais, importante destacar a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 que **estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal** e, em seu art. 25 assim prevê:

*Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.*

*§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:*

*I - existência de dotação específica; [...]*

*a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;*  
*(grifou-se)*

Deste modo, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo parlamentar não afronta a legislação atual vigente e, inclusive, vem suplementar a legislação federal determinando um prazo para ser apresentada a certidão que ateste a regularidade tributária, financeira do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98, uma vez que não respeitou o seguinte preceito:

*Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:*

*I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;*



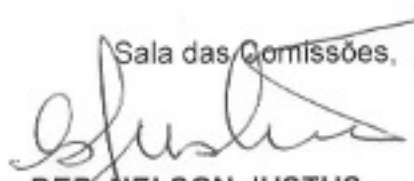
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Como o Projeto de Lei, ora analisado, não respeitou a legislação supracitada, por não seguir a ordem cronológica de numeração – uma vez que do art. 1º foi direto para o art. 3º - o projeto precisa ser devidamente adequado através de uma emenda corretiva.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** nos termos da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. ELIO RUSCH**  
**RELATOR**








*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI 646/2011**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III, do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Corretiva, para enumerar o art. 3º para art. 2º a fim de adequar a legislação vigente.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. ELIO RUSCH**  
**RELATOR**















## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 13 SET. 2011

*Khury*  
1º Secretário

**SÚMULA:** Requer **REGIME DE URGÊNCIA**  
para o Projeto de Lei nº. 646/11

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário **REGIME DE URGÊNCIA** para o Projeto de Lei nº. 646/11, **QUE ESTABELECE PRAZO PARA AFERIÇÃO DA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA, DO PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS RECEBIDOS POR PREFEITURAS MUNICIPAIS.**

Sala das Sessões 13 de setembro de 2011.

*1. Bem-ha  
2. Análise  
3. Junta-mo ao  
respectivo projeto  
e p- o projeto de  
urgência  
10/9/11*

**VALDIR ROSSONI**  
Deputado Estadual





# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 646/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade estabelecer prazo para aferição da regularidade tributaria e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 2011.

**DEPUTADO NELSON GARCIA**

Presidente

**DEPUTADA MARLA TURECK**

Relator



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS

D. L.

Fls. 01



## Projeto de Lei nº 369/11

**SÚMULA:** Altera o art. 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Determina às Empresas estabelecidas no Estado do Paraná, que tenham, dentre outras finalidades, a de distribuição e/ou comercialização de venenos de ratos e venenos similares, que disponibilizem locais reservados para os produtos citados e que, o acesso desses, seja restrito somente para maiores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único – O descumprimento do disposto nesta lei, sujeitará ao infrator, as seguintes sanções:

- I – Advertência escrita;
- II – Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- III – Cassação da Inscrição Estadual.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de maio de 2011.

Aprovação:

Marcelo RANGEL

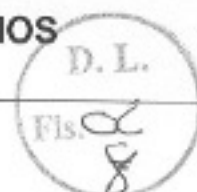
**PARANHOS**

Deputado Estadual – PSC



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PARANHOS



## JUSTIFICATIVA

A presente apresentação do Projeto de Lei visa disciplinar a distribuição e/ou comercialização de venenos de ratos e venenos similares no Estado do Paraná, alterando a Lei n° 16.759, de 29 de dezembro de 2.010.

Temos o dever de preservar a saúde das pessoas que em certas situações, sem o devido conhecimento, acabam adquirindo produtos que podem causar sérios e graves problemas de envenenamento doméstico, afetando em muitos casos a crianças e adolescentes.

Como legisladores temos também o dever de encontrar maneiras de contribuir com os diversos segmentos da sociedade.

Ao apresentarmos a presente proposição procuramos contribuir com os estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná, que hoje estão proibidos de comercializarem, distribuírem e procederem à venda dos venenos de ratos e venenos similares.

O uso de raticidas é o método mais eficaz para se controlar roedores. Entre os produtos existentes no mercado, os produtos aprovados pela ANVISA – Ministério da Saúde são os raticidas anticoagulantes.

Os raticidas anticoagulantes têm sido a base do controle de roedores há mais de 50 anos, e o serão por muito tempo. Eles têm um histórico impressionante de segurança e eficiência no uso.

O Decreto Federal n° 79.094, de 5 de janeiro de 1977, regulamenta a Lei n° 6.360, de 23 de setembro de 1976, que submete a sistema de vigilância sanitária os medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas, correlatos, produtos de higiene, saneantes e outros. Dentre as exigências para o exercício das atividades destes estabelecimentos comerciais, está a autorização específica do Ministério da Saúde e de licenciamento pelos órgãos competentes da Secretaria de Saúde dos Estados. Desta maneira, os estabelecimentos que não estiverem cumprindo tais exigências não podem estar em funcionamento no Paraná.

Ao disciplinar os locais reservados para expor os respectivos produtos e liberar a venda para maiores de 18 (dezoito) anos, estamos tirando da faixa de risco de envenenamento as crianças e os adolescentes, preocupação principal da Lei Estadual n° 16.759.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, que ora apresentamos nesta Casa de Leis.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 369/2011**

**Projeto de Lei nº 369/2011.**

**Autores: Deputado Leonaldo Paranhos e Marcelo Rangel**

**Súmula:** Altera o art. 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010 (Indústria e Comércio).

**EMENTA:** ALTERAÇÃO DA LEI QUE DISCIPLINA VENDA DE RATICIDAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. LEI FEDERAL Nº 9782/1999 ART. 7º, XV. ANVISA. ASSUNTO DISCIPLINADO PELO DECRETO FEDERAL Nº 79.094/77 QUE REMETE AOS ESTADOS A REGULAMENTAÇÃO DAS VENDAS DOS PRODUTOS. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Paranhos e Marcelo Rangel, tem por finalidade modificar a Lei Estadual nº 16.759/2010, a fim de disciplinar a venda de raticidas, tendo como objetivo favorecer a classe dos comerciantes, proibidos de vender tais produtos em decorrência desta lei.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 65, a Assembleia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, o **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

No que tange a análise da Constitucionalidade do presente projeto de lei, nota-se que a legislação de que trata da produção e consumo de tais produtos e insumos é de competência da **ANVISA**, a qual remete aos Estados a sua regulamentação.

A **ANVISA** é uma Autarquia Federal em regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, possuindo como área de atuação, todo o território nacional, conforme estabelece o artigo 3º da **LEI FEDERAL Nº 9782/1999**, senão vejamos:

Art. 3º Fica criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território nacional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001).



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Parágrafo único. A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira. (grifo nosso).

Tal competência está estabelecida nos artigos 7º, XV da LEI FEDERAL Nº 9782/1999, que "Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências", senão vejamos:

Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

(...)

XV - proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde; (grifo nosso).

Ainda, o DECRETO FEDERAL Nº 79.094/77, regulamenta a venda de raticidas, senão vejamos:

Art. 1º Os medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, perfumes e similares, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e os demais, submetidos ao sistema de vigilância sanitária, somente poderão ser extraídos, produzidos, fabricados, embalados ou reembalados, importados, exportados, armazenados, expedidos ou distribuídos, obedecido ao disposto na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

neste Regulamento. (Redação dada pelo Decreto nº 3.961, de 10.10.2001)

Art 2º Para o exercício de qualquer das atividades indicadas no artigo 1º, as empresas dependerão de autorização específica do Ministério da Saúde e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

.....

Art. 65. Somente será permitida a venda dos raticidas a granel, para embalagem, às empresas habilitadas a exercer essa atividade, na forma prevista no artigo 2º deste Regulamento.

Sendo assim, conclui-se que, se a **ANVISA** e a **Legislação Federal** remetem à regulamentação de competência dos Estados a venda de raticidas, restando claro a possibilidade do Nobre Parlamentar proceder a modificação da **Lei Estadual**, disciplinando venda destes produtos.

Diante do exposto, nota-se que o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade e legalidade.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de junho de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK**

**RELATOR**




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 369/11**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, tem por objetivo alterar o artigo 1º da Lei nº 16759/10 que proíbe a distribuição, venda e comercialização de venenos de ratos e similares, que produzam risco a vida humana, em supermercados, mercearias e similares.

**DA TRAMITAÇÃO**

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

**DO MÉRITO**

A presente alteração visa contribuir com os estabelecimentos comerciais que hoje estão proibidos de comercializar venenos de ratos.

O uso de raticidas é o método mais eficaz para se controlar roedores. A ANVISA – Ministério da Saúde aprovou os raticidas anticoagulantes, que tem histórico de segurança e eficiência no uso. O Projeto de Lei procura determinar locais reservados para expor os produtos e assim, liberar sua comercialização.

## DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria relevante e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 369/2011**

O Projeto de Lei nº 369/2011, em análise, de autoria do Deputado Paranhos, altera o art. 1º da Lei nº 16.759, de 29 de dezembro de 2010, que proíbe, no Estado do Paraná, a distribuição, venda e comercialização de venenos de ratos e venenos similares, que produzam risco a vida humana, em supermercados, mercearias e similares.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Indústria e Comércio deste Poder emitiram pareceres favoráveis à Proposição.

Trata-se de Projeto que obriga as Empresas estabelecidas neste Estado, que distribuem e/ou comercializem venenos de ratos e venenos similares, a manter esses produtos em espaços restritos, permitindo o seu acesso somente a maiores de 18 (dezoito) anos.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno, manifesta parecer FAVORÁVEL à continuidade de seu trâmite nesta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31/08/11

Deputado TONINHO WANDSCHEER  
Relator

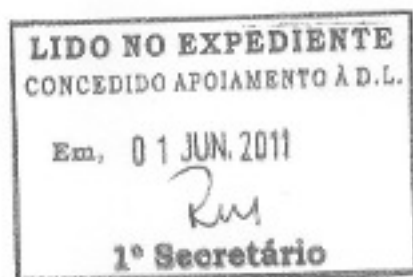
Deputado DR. BATISTA  
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



Curitiba, 01 de Junho de 2011.



PROJETO DE LEI Nº. 467/11

**Súmula:** Institui o dia 1º de Maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono" no Estado do Paraná.

**Art. 1º.** Fica instituído o dia 1º de Maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono" no âmbito territorial do Estado do Paraná.

**Art. 2º.** Fica determinado à inclusão da data constante no artigo anterior, no calendário religioso do Estado do Paraná.

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de Junho de 2011.

GILSON DE SOUZA  
Deputado Estadual



## JUSTIFICATIVA

O diaconato é uma das funções eclesiásticas mais prestigiadas e difundida nas igrejas evangélicas, seja qual for a linha teológica ou a forma de liturgia adotadas. A nomenclatura varia - em algumas denominações eles são chamados de obreiros ou oficiais - assim como as atribuições e dimensões de poder. É um ministério que compete a mulheres e homens, já que cada vez mais igrejas possuem diaconisas. Mesmo com toda essa diversidade, num ponto todos os crentes concordam, os diáconos são fundamentais para o bom funcionamento da obra de Deus.

Surgido nos tempos do Novo Testamento, o diaconato foi instituído para contornar uma dificuldade na estruturação da Igreja Primitiva. De acordo com o livro de Atos, logo após a ressurreição de Jesus, a pregação dos apóstolos levou milhares de pessoas à conversão, trazendo para o seio da comunidade cristã uma série de demandas espirituais e materiais. Os líderes resolveram então, designar "*homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria*" para que cuidassem do sustento da igreja e do cuidado com os pobres, liberando os apóstolos para dedicação exclusiva a oração e ao ensino da Palavra de Deus. Mas alguns diáconos como Estevão e Felipe, foram muito além das tarefas estritamente práticas e até hoje são lembrados como heróis da fé.

O trabalho diaconal recebe maior importância quando é encontrado na primeira carta de Paulo a Timóteo, a citação das qualificações exigidas para esses ajudadores da obra de Deus. Ali está dito que: "*Os diáconos devem ser respeitáveis, de uma só palavra, não inclinados a muito vinho, não cobiçosos de sordida ganância e que conservem o ministério de consciência limpa*" (1 Tm 3.8-10).

A palavra diácono tem origem no termo grego *diakonos*, que pode ser encontrada cerca de trinta vezes no Novo Testamento. Em todas elas está sempre ligada à **idéia de serviço, trabalho**, geralmente no sentido de atendente ou servente. Além disso, termos conexos, como *diaconia* (Ministério) e *diakoneo* (servir ou ministrar), também são citados nas Escrituras.

A maioria dos cristãos costumam ver o diácono como uma espécie de "faz tudo" da igreja, o que não deixa de ser verdade. Mas é claro que, por exercer uma função que lhe dá poderes sobre os outros irmãos o diácono sempre caminha no "fio da navalha". Ele jamais deve abusar de sua autoridade, mas também não deve se omitir, mesmo que suas recomendações não sejam agradáveis.





Um exemplo bíblico de diácono, foi Felipe, que não se limitou as tarefas do dia-dia da igreja. Homem consagrado a Deus, ele foi orientado pelo Espírito Santo a seguir pelo caminho que ligava Jerusalém a Gaza. Na estrada, aproximou-se correndo da caravana de um alto oficial etíope, administrador dos bens de sua rainha. O eunuco lia um trecho do livro do profeta Isaías, sobre Jesus. O etíope o convidou a subir no carro e Felipe usando a palavra do profeta, pregou o Evangelho com tamanha unção que o eunuco creu e quis ser batizado ali mesmo, a beira do caminho. Após batizar o eunuco, foi arrebatado pelo espírito do Senhor, deixando o etíope maravilhado com o poder de Deus.

### **FUNCIONALIDADE DO DIACONATO EM ALGUMAS IGREJAS:**

Embora seja adotado por praticamente todas as igrejas evangélicas, a natureza e as atribuições do ofício diaconal variam muito de denominação para denominação.

#### **NA IGREJA METODISTA**

Uma das mais rigorosas quanto ao critério de escolha e capacitação destes obreiros é a Igreja Metodista do Brasil. Lá o aspirante deve ter no mínimo o ensino médio, formação de acordo com o Plano Nacional de Educação Teológica da denominação e passar dois anos em período probatório. Depois disso só pode ser consagrado após passar por um exame do Concílio Regional e ser indicado pelo Bispo responsável. A função aberta às mulheres é exercida por dois anos, na esfera regional, ou por cinco, caso seja de âmbito nacional, e pode até ser remunerada, geralmente uma ajuda de custo para a execução de determinados serviços.

#### **NA IGREJA PRESBITERIANA**

Já na Igreja Presbiteriana do Brasil, cabe ao diácono zelar pelo bom funcionamento da congregação e pelas tarefas de assistência social. Antes da consagração, os candidatos passam por uma análise do Conselho da igreja local, composto pelos pastores e presbíteros. Depois uma assembleia de membros vota pela aprovação do nome. O trabalho é totalmente voluntário e o mandato que dura cinco anos, pode ser renovado através de nova eleição. Apenas os homens podem exercer o cargo.

#### **NA IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR**

De linha pentecostal, a Igreja do Evangelho Quadrangular reserva aos seus diáconos, múltiplos encargos. Eles são assessores diretos do pastor, servindo a igreja em diversas áreas, que incluem administração, educação cristã, ação social, evangelismo, visitação a enfermos e até celebração de cultos. Uma vez indicado pela liderança local, o candidato deve ficar um ano como cooperador do corpo diaconal. Os nomes são confirmados em assembleia geral da igreja local e



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Kury

D. L.

Fls. 05

empossados em culto especial. Em seguida o novo diácono recebe um brasão distintivo e um uniforme para o trabalho. Na IEQ o cargo de diácono é voluntário e pode ser exercido por homens e mulheres.

### NA IGREJA BATISTA

A Igreja Batista realiza periodicamente seminários e congressos de preparação e aperfeiçoamento reunindo seus diáconos através da Associação dos Diáconos Batistas do Brasil e das associações estaduais e regionais ligadas à convenção. Como em quase todas as igrejas, o candidato a diácono batista submete-se a um período de experiência após ser indicado pelo Conselho local. Durante este prazo que pode ter duração variável, o aspirante precisa demonstrar aptidão para o trabalho social e o ensino cristão, duas áreas muito valorizadas no meio batista. Também cabe ao diácono prestar assistência aos novos membros. Não há pré-requisitos quanto à educação formal nem período definido para o mandato, cujo ponto de partida é um culto festivo em que toda a congregação ora e consagra seus novos oficiais.

### NA ASSEMBLÉIA DE DEUS

Na Assembleia de Deus, o diaconato é tido como uma etapa da hierarquia eclesiástica. Se for considerado apto pela liderança, o diácono pode ascender ao cargo de evangelista e até ao pastorado.

Assim, por ser o diácono uma personalidade de suma importância na realização dos trabalhos da igreja como um todo, consideramos nosso pleito junto e legítimo.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 467/11**

**Projeto de Lei nº 467/11**

**Autor: Deputado Estadual Gilson de Souza**

**Súmula:** Institui o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono" no Estado do Paraná.

**EMENTA:** INTITUI O DIA DO DIÁCONO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA, ART 65 e 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA ADITIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Souza, objetiva instituir o Dia do Diácono, a ser comemorado no dia 1º de maio de cada ano.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

*A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.*

A Constituição do Estado do Paraná estabelece:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Da mesma forma, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

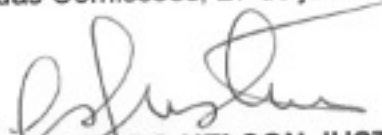
Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA ADITIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa

Sala das Comissões, 27 de junho de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

## EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI nº 467/2011


Com fulcro no que autoriza os artigo 137, § 3º, do Regimento Interno, faz-se necessário a apresentação da presente EMENDA ADITIVA, que adiciona o que assim dispõe:

**Súmula:** Institui o dia e 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono e do Obreiro", no Estado do Paraná.

I - Fica instituído o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono e do Obreiro", no âmbito territorial do Estado do Paraná.

II - ...

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.

  
**PR. EDSON PRACZYK**  
Deputado Estadual/PRB





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Turismo*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 467/2011**

**Projeto de Lei nº. 467/2011**

**Autor: Deputado Gilson de Souza**

**Súmula:** Institui o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono" no Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Gilson de Souza, tem por objetivo instituir o "Dia do Diácono" no âmbito territorial do Estado do Paraná, a ser comemorado no dia 1º de maio, determinando a inclusão de tal data no calendário religioso do Estado.

Passou pela Comissão de Constituição e Justiça no dia 28/06/11, tendo como relator o nobre Deputado Pr. Edson Praczyk, que ofereceu parecer favorável na forma da emenda aditiva, com objetivo de estender o referido dia ao "obreiro", passando a constar no Projeto como o "Dia do Diácono e do Obreiro".

Sucedida a etapa da análise legal e constitucional, é agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

Constatamos que o artigo 2º do presente Projeto determina a inclusão da referida data "no calendário religioso do Estado do Paraná". Ocorre que não há em nosso Estado um calendário específico de eventos religiosos, existindo apenas o Calendário Oficial de Eventos, organizado pela Secretaria de Estado do Turismo.




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**

Desta forma, sugere-se uma **emenda modificativa**, com o objetivo de alterar o artigo 2º do presente Projeto, determinando a inclusão da referida data no **Calendário Oficial do Estado do Paraná** e assim dar a ele uma redação adequada à realidade do Estado.


Vencida a alteração na denominação do Calendário, no que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.




Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.



**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente



**DEPUTADO CAÍTO QUINTANA**  
Relator



*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 467/2011**

**Projeto de Lei nº. 467/2011**


**Autor: Deputado Gilson de Souza**

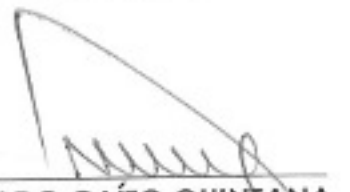
**Súmula:** Institui o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono" no Estado do Paraná.




Com fulcro na que autoriza os artigos 137, § 4º e 141, §2º do Regimento Interno, fica modificada o artigo 2º do Projeto de Lei nº 467/2011, que passa a contar com a seguinte redação:

**Art. 2º** Fica determinado a inclusão da data constante no artigo anterior no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente

  
**DEPUTADO CAÍTO QUINTANA**  
Relator

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 467/2011

O Projeto de Lei n.º 467/11, de autoria do Deputado Gilson de Souza, objetiva instituir o Dia do Diácono, a ser comemorado no dia 1.º de maio de cada ano.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma de emenda aditiva, com objetivo de estender o referido dia ao "obreiro", passando a constar no Projeto como "Dia do diácono e do Obreiro"; na sequência, o projeto foi remetido à Comissão de Turismo que também emitiu parecer favorável, na forma de emenda modificativa, com o intuito de alterar o artigo 2.º da proposição, determinando a inclusão da referida data no Calendário Oficial do Estado do Paraná; por fim encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer.

#### ANÁLISE DO MÉRITO

Sendo o diácono e o obreiro figuras trabalhadoras que tem grande representatividade na hierarquia da Igreja, é mais que justo seu reconhecimento.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**CONCLUSÃO**

Ante o exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, damos parecer favorável e somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011.

  
**Deputado Tadeu Veneri**  
Presidente

  
**Deputado Ney Leprevost**  
Relator




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 467/11**

**Projeto de Lei nº 467/11**

**Autor da emenda: Deputado Estadual Caíto Quintana**

**Súmula:** Institui o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono" no Estado do Paraná.

**EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O ART. 2º DO PROJETO DE LEI 467/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que institui o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono" no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Pastor Edson Praczyk.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ocorre que, na Comissão de Turismo desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa, de autoria do Relator da referida Comissão, Deputado Estadual Caíto Quintana.

Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.** (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Turismo.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado,

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

classificando-se como modificativa aquela proposição que altera, mas não descaracteriza a essência do projeto.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso)


Assim, verifica-se que a presente emenda foi feita com referência ao projeto originário, não observando a Emenda Aditiva proposta por este parlamentar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Estadual Caíto Quintana, **na forma da SUBEMENDA em anexo.**

Sala das Comissões, em Setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

## SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 467/2011



Com fulcro no artigo 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessário a apresentação da presente SUBEMENDA, que assim dispõe:

SÚMULA: Institui o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono e do Obreiro", no Estado do Paraná.





I- Fica instituído o dia 1º de maio de cada ano como sendo o "Dia do Diácono e do Obreiro", no âmbito territorial do Estado do Paraná.

II- Fica determinado a inclusão da data constante no artigo anterior no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.



PR. EDSON PRACZYK  
DEPUTADO ESTADUAL/PRB



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 618 /2011

Súmula: Altera dispositivo da Lei n.º  
5.944/69 – Lei de Promoção de Oficiais.

**Art. 1º** O inciso VIII do art. 41 da Lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - (...)

VIII – estar *sub judice*, por responder a processo criminal comum ou militar ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória, em razão de crimes dolosos em geral, que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação ou que afetem a honra militar, o pundonor militar ou o decore da classe, competindo exclusivamente à Comissão de Promoções de Oficiais, obedecidos aos critérios a serem estabelecidos por ato do Comandante-Geral, proceder à avaliação do caso concreto, manifestando-se, mediante decisão fundamentada irrecorrível, sobre a incidência ou não das referidas restrições quanto à exclusão do oficial do quadro de acesso;"

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 28 de julho de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 26/2011

Curitiba, 28 de julho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, dispondo sobre a alteração da Lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969 – Lei de Promoção de Oficiais (LPO).

#### JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

A Polícia Militar do Paraná, instituição perene, estruturada com base na disciplina e hierarquia, necessita para fortalecer sua estrutura, de instrumentos legislativos que possibilitem uma moderna e adequada gestão de pessoal, notadamente na equânime promoção de seus oficiais.

Atualmente, a Lei n.º 15.801, de 21 de maio de 1969, exclui os oficiais que se encontram na posição de *sub judice* da possibilidade de acesso à promoção de cargos, sem que se pese o tipo penal, circunstâncias ou motivação da pretensa infração penal.

Assim, tal iniciativa se dá em virtude da necessidade de atualizar o vetusto texto da lei, haja vista sua longa edição, e que atualmente não corresponde às reais exigências da Corporação. Com a edição desta nova medida, será possibilitado que o oficial figure em quadro de acesso justo e igualitário, sem serem pré-julgados aqueles que se encontram na posição de *sub judice*, necessitando, no entanto, o crivo da Comissão de Promoções de Oficiais, que analisará o tipo penal, circunstâncias e repercussões da infração penal cometida, em tese, pelo oficial.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

## GABINETE DO GOVERNADOR



Ainda, cumpre ressaltar que o conteúdo do referido Anteprojeto de Lei faz parte da gama de matérias privativas à competência do Governador do Estado, por ocasião do que dispõe o art. 66, inciso III da Constituição Estadual. Vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:  
III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Ademais, faz-se necessário salientar que a proposta não gerará impacto financeiro ao erário, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois não haverá alteração no quadro financeiro disposto pela Corporação.

Dessa forma, em compêndio, temos que a propositura do presente Anteprojeto de Lei busca a modernização da lei regente das promoções dos oficiais da PMPR, a qual acarretará, por consequência, um melhor atendimento à segurança do Estado, pois repercutirá na livre consciência dos oficiais em trabalhar no enfrentamento à criminalidade e adversidades, próprias de sua função.

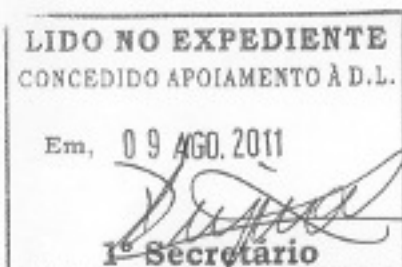
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de julho de 2011  
OF CEE/G 098/11



I À DAP para leitura no expediente.

II À D. para providências  
E 09. ago. 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 26/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei dispondo sobre a alteração da Lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969 – Lei de Promoção de Oficiais (LPO).

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:16 09/08/2011 006046 OF ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 618/11**

Projeto de Lei nº. 618/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 026/11

**Súmula:** Altera dispositivo da Lei n.º 5.944/69 – Lei de Promoção de Oficiais.

**EMENTA:** ALTERA O INCISO VIII DO ART. 41 DA LEI 5.944/69 QUE ESTABELECE PRINCÍPIOS, REQUISITOS E PROCESSAMENTO PARA PROMOÇÕES DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar a Lei de Promoção de Oficiais (LPO), dispondo que os oficiais que estiverem sub judice poderão concorrer às promoções.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a organização das Polícias Civil e Militar, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR




# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 618/2011  
MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO nº 26/2011

## APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, altera dispositivos da Lei nº 6.944/69 – Lei de Promoção dos Oficiais.

## FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Dota Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos constitucionais e legais.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes á ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Mister esclarecer que o presente projeto do Poder Executivo, é de fundamental importância no âmbito organizacional da Polícia Militar do Estado.

## CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos **FAVORAVELMENTE** ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 25 de Agosto de 2011.

Mauro Moraes

Presidente da Comissão

Gilberto Ribeiro

Relator



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

**PARECER AO PROJETO DE LEI 618/11**

**Projeto de Lei nº 618/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem n. 026/11**

**Súmula:** Altera dispositivo da Lei n. 5.944/69 – Lei de Promoção de Oficiais.

**EMENTA:** ALTERA O INCISO VIII DO ART. 41 DA LEI N. 5.944/69 QUE ESTABELECE PRINCÍPIOS, REQUISITOS E PROCESSAMENTO PARA PROMOÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. APROVAÇÃO.

**I – SÍNTESE FÁTICA**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo altera o inciso VIII do artigo 41 da Lei n. 5.944/69, que estabelece princípios, requisitos e processamento para promoção de oficiais da Polícia Militar do Paraná. O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, tendo seu mérito já sido aprovado pela Comissão de Segurança Pública após criteriosa análise, estando apto a ter seu mérito analisado também por esta Comissão temática.



## **II - MÉRITO**

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33-U do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei alterar o inciso VIII do artigo 41 da Lei n. 5.944/69, que estabelece princípios, requisitos e processamento para promoção de oficiais da Polícia Militar do Paraná.

A alteração objeto deste projeto de lei possibilita a promoção de oficial que estejam na condição "sub judice", atribuindo à Comissão de Promoção de Oficiais poderes para avaliação de cada caso concreto, ponderando as circunstâncias e motivações da suposta infração penal, a fim de deliberar quanto a promoção.

O presente projeto traz inequivocamente uma modernização à gestão de pessoal da Corporação, além do que não gerará nenhum impacto financeiro ao erário pois não haverá alteração no quadro financeiro da Corporação.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

Portanto, não havendo óbice que impeça o trâmite normal deste projeto, opino pela aprovação do presente projeto.

**III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PEDRO LUPION**

**RELATOR**



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI N.º 717/2011

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis de propriedade do Estado do Paraná à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, e dá outras providências.

Artigo 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, para fins de regularização fundiária e construção de unidades habitacionais de interesse social, os seguintes imóveis:

I – Moradias Jardim Âncora, loteamento localizado no Município de Piraquara, composto de 167 lotes descritos nas matrículas n.º 1.501 até 1.666 do Cartório de Registro de Imóveis de Piraquara e, ainda, a matrícula n.º 16.601 do Cartório de registro de imóveis da 9ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba, de cujas áreas o Estado do Paraná esta imitado na posse desde 12 de abril de 1995, nos termos do Mandado de Imissão Provisória da Posse, arquivado às folhas 207 e 208 dos autos n.º 213/95, em trâmite perante o foro de Piraquara.

II – Moradias Timbu, loteamento localizado no Município de Campina Grande do Sul. A área é de propriedade do Estado do Paraná, conforme R-1 da matrícula n.º 30.111 do Registro de Imóveis de Piraquara.

III – Moradias Renato Bonilauri, loteamento localizado no Município de Pinhais. A área é propriedade do Estado do Paraná, matrícula n.º 31.111 do Registro de Imóveis de Piraquara.

IV – Moradias Trevisan, loteamento localizado no Município de São José dos Pinhais. A área é propriedade do Estado do Paraná, matrícula n.º 51.949 do Registro de Imóveis de São José dos Pinhais – 2.ª Circunscrição.

Artigo 2.º Fica autorizado o Poder Executivo e a COHAPAR a firmar, em conjunto ou separadamente, convênios, contratos, escrituras e outros instrumentos jurídicos, para a consecução dos objetos previstos nesta lei.

Artigo 3.º A COHAPAR ficará incumbida de, após o recebimento das áreas, realizar a regularização fundiária dos empreendimentos, que compreenderá a realização de cadastro e seleção dos beneficiários, conforme as normas legais existentes e os procedimentos habituais da Companhia, a confecção dos mapas e memoriais descritivos dos loteamentos, o seu encaminhamento para aprovação junto à Prefeitura de situação do imóvel e posteriormente ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis, além da conclusão das obras de infraestrutura já iniciadas e contratadas

U

## GABINETE DO GOVERNADOR



através do PAC, bem como realizar os demais serviços necessários ao término da regularização.

Parágrafo único. Até que sejam concluídos os trabalhos de regularização e emitidos os contratos definitivos, a COHAPAR, para oferecer maior segurança jurídica aos beneficiários do programa, deverá conceder-lhes Títulos de Cessão de Posse ou Permissão de Uso.

Artigo 4.º A COHAPAR ficará ainda incumbida de realizar o plano de comercialização dos imóveis e a elaborar contratos de financiamento aos beneficiários do programa, garantida a compensação dos valores que eventualmente já tenham sido pagos pelos beneficiários do programa à COHAB-CT.

§ 1.º O plano de comercialização deverá respeitar, no caso das Moradias Renato Bonilauri e Jardim Âncora, as regras e diretrizes estabelecidas pelos contratos de repasse firmado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, e o Estado do Paraná, com interveniência da COHAPAR e demais diretrizes do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal.

I- Essa regra também se aplicará aos demais loteamentos, caso venham a utilizar verbas do referido Plano de Aceleração do Crescimento para a realização de obras ou serviços nessas áreas.

§ 2.º O valor arrecadado com os pagamentos das prestações deverá ser utilizado no desenvolvimento e implantação deste e de outros programas habitacionais de interesse social.

Artigo 5.º Fica a COHAPAR autorizada a, após o registro dos loteamentos, repassar até 20% dos imóveis à COHAB-CT, ou o equivalente em dinheiro, em razão dos serviços por ela prestados quando da edificação das casas, mantendo-se, contudo, a mesma destinação final do empreendimento que é a de efetuar a regularização fundiária dos imóveis aos seus ocupantes, dentro das diretrizes estabelecidas nesta lei.

Artigo 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 31 de agosto de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

  
**FLÁVIO ARNS**  
Governador do Estado em exercício



## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 48/2011**

Curitiba, 31 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis de propriedade do Estado do Paraná para a COHAPAR.

Considerando o relevante interesse público em concluir as atividades de implantação e regularização fundiária dos loteamentos denominados Moradias Renato Bonilauri, Jardim Âncora, Timbu e Trevisam, localizados, respectivamente, nos Municípios de Pinhais, Piraquara, Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais, iniciados por meio da parceria realizada entre o Estado do Paraná, a COMEC e a COHAB-CT, dentro do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – PROSAM, em atendimento à demanda emergencial da Região Metropolitana de Curitiba, conforme demonstra o Convênio 003/2000 – COMEC.

Considerando que:

- o Convênio n.º 01/2000 – COMEC, teve sua vigência expirada em 2005;
- as obras de infraestrutura indispensáveis foram concluídas pelos Municípios e no caso dos conjuntos Bonilauri e Âncora, estão sendo realizadas pela COHAPAR, inseridas dentro dos Programas – PAC-Pinhais e PAC-Piraquara;
- ainda não foram realizadas as regularizações fundiárias dos empreendimentos, sendo que, formalmente, os imóveis pertencem ao Estado do Paraná, mas, faticamente, são utilizados por aproximadamente 1.500 famílias que neles residem sem qualquer título que lhes garanta o direito de adquirir a propriedade do imóvel;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em exercício  
N/CAPITAL

M

## GABINETE DO GOVERNADOR



- o manifesto interesse e compromisso externado pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, em dar continuidade às ações e aos procedimentos necessários para a conclusão dos objetivos daquele programa e realizar a regularização fundiária dos empreendimentos;

- o Estado do Paraná, dentro das diretrizes estabelecidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, em parceria firmada com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, já nomeou a COHAPAR como Interviente Executora das ações relativas ao programa PPI/Intervenções em Favelas-UAS-Intervenções, no Município de Piraquara, dentre as quais estão inseridas obras de regularização fundiária na região conhecida como Guarituba, onde se localizam as **Moradias Jardim Âncora**. Também nomeou a COHAPAR como Interviente Executora das ações estruturantes de habitabilidade, urbanismo e preservação ambiental dos mananciais de água formadores do rio Iguaçu, dentre as quais estão inseridas obras de infraestrutura nas **Moradias Renato Bonilauri**, no Município de Pinhais;

- a regularização das áreas encontra respaldo nas disposições das Leis Federais n.º 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e n.º 11.977/2009.

Encaminhamos o Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar imóveis de propriedade do Estado do Paraná à COHAPAR, situados nos municípios de Campina Grande do Sul, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais, para fins de regularização fundiária.

Tal medida se faz necessária, visto que o empreendimento encontrava-se injustificadamente paralisado desde 2003, o que causa enorme prejuízo aos moradores que se encontram em situação de grande insegurança jurídica quanto à propriedade de suas casas.

E, por se tratar de projeto de relevante interesse social, entendemos justificável e necessária a aprovação do Anteprojeto de Lei ora enviado para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá o seu necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

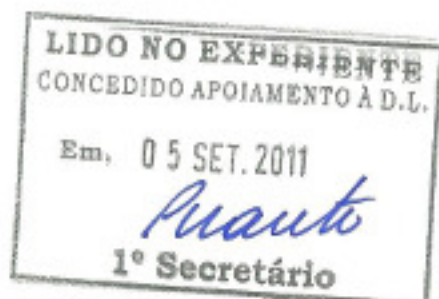
**FLÁVIO ARNS**  
Governador do Estado em exercício



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**Palácio das Araucárias – Curitiba, 31 de agosto de 2011**  
**OF CEE/G 133/11**



I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em, 1º / Set / 2011

\_\_\_\_\_  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 48/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis de propriedade do Estado do Paraná para a COHAPAR.

Atenciosamente,

**FLÁVIO ARNS**  
Governador do Estado em exercício

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado em exercício  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14417 05/09/2011 08:05:56 DP 05844110 11/05/2011 09:05:04





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 717/11**

**Projeto de Lei nº 717/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.048/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis de propriedade do Estado do Paraná à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, e dá outras providências.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL PARA A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ-COHAPAR. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 048/2011, visa autorizar o Governo do Estado a doar imóveis à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR para fins de regularização fundiária e construção de unidades habitacionais de interesse social.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grito nosso)**

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)**

**f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

permissão de uso de bens imóveis residenciais  
construídos, destinados ou efetivamente utilizados no  
âmbito de programas habitacionais ou de  
regularização fundiária de interesse social  
desenvolvidos por órgãos ou entidades da  
administração pública; (Redação dada pela Lei nº  
11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que “A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável”<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de Setembro de 2011.



**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**



**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 717/2011**

Projeto de Lei nº 717/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 48/11

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis de propriedade do Estado do Paraná à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e da outras providências.**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 717/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 48/11, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóveis de propriedade do Estado do Paraná à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e dá outras providências, para fins de regulação fundiária e construção de unidades habitacionais no Estado do Paraná.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado como relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 717/11**, na qual passo a relatar:

Após análise de constitucionalidade aprovada pela CCJ, amparado na legalidade de possível autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, frisamos o destaque para a necessidade da ação em questão e o interesse público para o qual representa.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para regularização fundiária e emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 717/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará atendendo à demanda emergencial da Região Metropolitana de Curitiba, com benefícios que favorecem toda a população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 48/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse populacional. O direito à moradia é um dos itens mais importantes citados dentro dos Direitos Sociais e manifestado pela Constituição da República Federativa do Brasil:

**São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Constituição Federativa do Brasil, Cap. II, Art. 6º)**

Em sua composição, o projeto sugere a doação de imóveis que pertencem ao Estado do Paraná, mas, são utilizados atualmente por famílias que residem sem qualquer título que lhes garantam adquirir a propriedade definitiva do imóvel. Este fato evidencia de forma clara o mérito desta proposição, restando evidente grandes benefícios no que tange a sua tramitação legal.

### **III - VOTO DO RELATOR**

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, apresento minha demonstração **favorável ao Projeto de Lei nº 717/11.**

Basculando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Inciso IX como embasamento de meu parecer, no que cita em um dos deveres principais do Estado: *"Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico"*. (**Art. 12º, Inciso IX, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar dos direitos de moradia ao cidadão como um ponto essencial de direitos humanos, na busca de mecanismos e alternativas que permitam tal realização.

Desta forma e pelos benefícios tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 717/11**, em sua forma apresentada.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 717/11, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, acompanham o voto do relator. Não vislumbrando-se impedimentos no que tange aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ e analisando o mérito desta matéria de forma honrosa ao benefício da população, opta-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 20 de setembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**PASTOR EDSON PRACZYK**

**Relator**